

2013

Relatório de Gestão

ITERPA

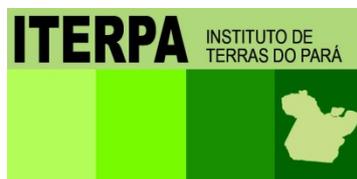
INSTITUTO DE
TERRAS DO PARÁ



José Cezário Arias de Souza

Instituto de Terras do Pará

01/01/2013



INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

Belém (PA), Março de 2014.



SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE

Governador do Estado

HELENILSON CUNHA PONTES

Vice-Governador

VILMOS DA SILVA GRUNVALD

Secretário Especial de Estado de Infraestrutura e Logística para o Desenvolvimento Sustentável



CARLOS LAMARÃO CORRÊA

Presidente

MAX NEY GONÇALVES DE LIMA

Diretor de Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário

TATILA PASSOS BRITO

Diretora Jurídica

JOSÉ CEZARIO ARIAS DE SOUZA

Diretor de Administração e Finanças



DANIEL NUNES LOPES

Assessor Chefe

ARTUR DA COSTA TOURINHO NETO

Ouvidor

ALBERTO YATARO GONÇALVES SAWADA

Chefe de Gabinete

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão, ora apresentado como parte integrante da Prestação de Contas encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, objetiva fornecer informações sobre as ações executadas pelo ITERPA no Exercício de 2013.

Cabe ressaltar que o Plano de Trabalho/2013 priorizou ações e atividades articuladas com os objetivos estratégicos de Governo e com a Agenda Mínima integrantes dos programas preconizados no Plano Plurianual do Estado, ou seja, Gestão Ambiental e Territorial, Municípios Verdes, Valorização da Sociobiodiversidade e Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Estado do Pará – PARÁ RURAL.

A estratégia de execução das ações de campo enfatizou, principalmente, a arrecadação e matrícula de terras, a regularização fundiária nos municípios do Programa Municípios Verde, projetos de assentamentos estaduais, áreas quilombolas, vistorias rurais para certificação de documentos e áreas referentes a imóvel com matrícula cancelada, assim como, a varredura fundiária em áreas consideradas prioritárias para sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Os resultados alcançados retratam ações de regularização fundiária concluídas com a emissão de título da terra e demais atividades realizadas que constituem fases indispensáveis ao processo de regularização fundiária.

SUMÁRIO

I PARTE

| | |
|---|----|
| 1. A INSTITUIÇÃO | 08 |
| 2. MISSÃO DO ITERPA | 08 |
| 3. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA (ORGANOGRAMA)..... | 09 |
| 4. GESTÃO ESTRATÉGICA | 11 |
| 4.1. ITERPA E O PPA 2012-2015..... | 11 |
| 4.1.1 ARRECADAÇÃO E MATRÍCULA DE TERRAS DEVOLUTAS..... | 11 |
| 4.1.2 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTOS ESTADUAIS..... | 11 |
| 4.1.3 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS | 13 |
| 4.1.4 RESGATE DE AFORAMENTOS | 14 |
| 4.1.5 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE IMÓVEIS RURAIS | 15 |
| 4.2 . SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 20 |
| 5. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS..... | 22 |
| 5.1. QUADRO DE PESSOAL..... | 22 |
| 5.2. CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS..... | 23 |
| 5.3. ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA ESTUDANTES DE NÍVEL MÉDIO..... | 24 |

II PARTE

| | |
|---------------------------|----|
| RECEITAS E DESPESAS | 26 |
|---------------------------|----|

SIGLAS

ITERPA – INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

PROGRAMA PARÁ RURAL – Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Estado do Pará

CEPAF - Comissão Estadual de Política Agrícola, Agrária e Fundiária

CPAD – Comissão Permanente de Análise de Documentos

CAF – Coordenadoria de Agrária e Fundiária

CDI – Coordenadoria de Documentação e Informação

CPE – Coordenadoria de Projetos Especiais

CPAT – Comissão Permanente de Arrecadação de Terras Públicas

COF – Coordenadoria Orçamentária e Financeira

DAF – Diretoria Administrativa e Financeira

DEAF – Diretoria de Gestão Agrária e Fundiária

DJ – Diretoria Jurídica

GETAT - Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins

GEBAM Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

NTI – Núcleo de Tecnologia da Informação

OGE – Orçamento Geral do Estado

PPA – Plano Plurianual

ITERPA

INSTITUTO DE
TERRAS DO PARÁ



I PARTE

1. A INSTITUIÇÃO

O Instituto de Terras do Estado do Pará - **ITERPA** foi criado em 08 de outubro de 1975, por meio da Lei nº 4.584, como uma autarquia estadual, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, com a responsabilidade pela execução da política agrária do Pará. A nova autarquia substituiu a Divisão de Terras da Secretaria de Agricultura do Estado, estrutura vigente à época; além de simbolizar um importante marco institucional na história da gestão pública estadual do território paraense. Sua missão principal era a de 'ser executor da política agrária do Estado em tudo quanto se referir às suas terras públicas e devolutas.

A criação do ITERPA ocorreu dentro de um contexto de forte intervenção federal no Pará, marcada pelos efeitos do Decreto Lei 1.164/71, que instituía a federalização de mais de 70% das terras do patrimônio do Estado, além da presença de órgãos diretamente subordinados à Secretaria do Conselho de Segurança Nacional que objetivavam principalmente a distribuição das terras públicas da Amazônia, por meio de órgãos cujas atividades eram intocáveis pelo esquema civil: INCRA, GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins) e GEBAM (Grupo Executivo do Baixo Amazonas).

A missão institucional e demais atribuições do Instituto estão definidas na Lei nº 4.584, de 08.10.1975, os cargos de provimento efetivo e em comissão e respectivas atribuições e requisitos de preenchimento na Lei nº 6.834, de 13.02.2006, assim como a regulamentação geral através do Decreto nº 063, de 14.03.2007.

2. MISSÃO DO ITERPA

Executar a política do Estado do Pará em tudo quanto se referir às suas terras públicas, cabendo-lhe, dentre outras atribuições:

I- Representar o Estado, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, nos estudos, órgãos, atos, processos e convênios que visarem a:

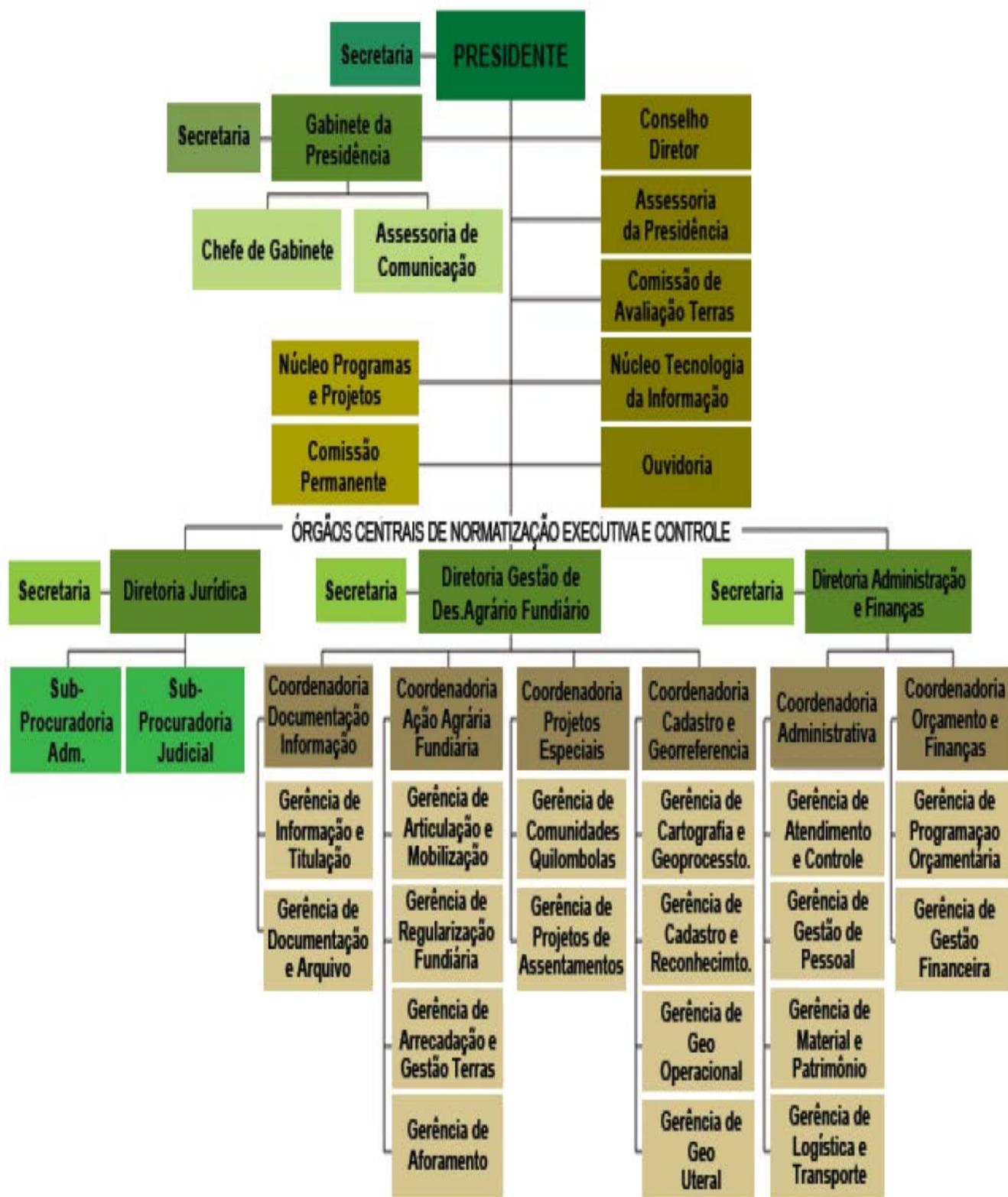
- a) precisar, retificar, aviventar, e demarcar os limites estaduais ou municipais;
- b) definir as áreas dominicais que, dentro do território do Estado, constituam patrimônio dele ou quaisquer outras entidades de direito público;

- c) extremar o domínio público do particular;
 - d) regularizar, obter, reduzir, aumentar, ou cancelar a posse ou a propriedade pública ou privada das terras que sejam, tenham sido ou venham a ser consideradas devolutas;
 - e) introduzir quaisquer modificações no sistema legal relativo aos problemas fundiários, bem assim na estrutura e funcionamento das entidades e serviços com eles relacionados;
- II- Administrar as terras devolutas do Estado, preservando-as contra invasões, e danificações de qualquer natureza e recuperando aquelas que indevidamente não se encontrarem na sua posse ou domínio;
 - III- manter um serviço atualizado de cartografia e mapoteca do território estadual;
 - IV- organizar o cadastro rural do Estado, eliminando ou prevenindo os problemas de localização, superposição e excesso de áreas que sejam ou tenham sido devolutas;
 - V- fixar quais as áreas que podem ser alienadas, quer em regime de licitação, quer em regime de requerimento, bem assim aquelas que devam ser reservadas para algum fim especial ou excluídas de alienação, quando esta não convier aos interesses do Estado;
 - VI- transferir a propriedade do solo como meio de promover o desenvolvimento agrário, conciliando o interesse público e a justiça social com o estímulo devido aos investimentos idôneos;
 - VII- respeitar as posses legítimas, oferecendo aos seus ocupantes todas as oportunidades para exercerem o direito que lhes assegura a Constituição do País;
 - VIII- combater a especulação agrária e a depredação florestal;
 - IX- aferir a medição, localização, documentação e aproveitamento econômico das áreas objeto de alienação, prevenindo litígios e conferindo à titulação clareza, exatidão e segurança.

3. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO ITERPA (ORGANOGRAMA)

O Decreto nº 063, de 14 de março de 2007, aprova o novo Regulamento Geral do **ITERPA**, considerando a necessidade de adequar a estrutura do Órgão aos procedimentos técnicos indispensáveis à implantação, execução e manutenção do Cadastro Fundiário Georreferenciado, nos moldes da Lei Federal nº 10.267, de 28 de agosto de 2001, e do Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002, como referência básica do novo Modelo de Gestão Territorial do Estado.

ÓRGÃOS DE DIREÇÃO SUPERIOR



4. GESTÃO ESTRATÉGICA

4.1 ITERPA e o Plano Plurianual do Estado do Pará (PPA) - 2012-2015

O ITERPA está presente em 04 Programas de Governo constantes no Plano Plurianual do Estado Pará (PPA) para o período de 2012-2015: Gestão Ambiental e Territorial, Municípios Verdes, Pará Rural e Valorização da Sociobiodiversidade, desenvolvendo ações de arrecadação e matrícula de terras; regularização fundiária em projetos de assentamentos estaduais, regularização fundiária em comunidades quilombolas; resgate de aforamento e regularização fundiária em áreas rurais.

4.1.1 ARRECADAÇÃO E MATRÍCULA DE TERRAS DEVOLUTAS.

Esta ação tem como objetivo extermar as áreas devolutas das particulares incorporando-as ao patrimônio fundiário do Estado. Conforme demonstrado no quadro abaixo, foram arrecadadas e matriculadas 535.826 (quinhentos e trinta e cinco mil, oitocentos e vinte e seis hectares):

QUADRO I – Arrecadação e matrícula de terras em 2013

| Região de Integração | Município | Area(ha)Port |
|----------------------|-----------------------|--------------|
| Baix o Amazonas | Almeirim | 1.385,6572 |
| Carajás | Piçarra | 599,8918 |
| | Cumaru dío Norte | 153,9681 |
| | Eldorado dos Carajás | 5656,8393 |
| Lago Tucuruí | Breu Branco | 81.807,5362 |
| | Goianésia do Pará | 18.309,8081 |
| Metropolitana | Benevides | 3,4884 |
| | Santa Bárbara do Pará | 716,1771 |
| | Santa Izabel do Pará | 2.384,0573 |
| Rio Araguaia | Conceição do Araguaia | 531,2227 |
| | Redenção | 4.301,4327 |
| | São Félix do Xingu | 787,7367 |
| Rio Caeté | Bonito | 98,2031 |
| | Bragança | 537,041 |
| | Salinópolis | 13,3961 |

| | | |
|-----------------------------|---------------------|---------------------|
| | Santa Luzia do Pará | 628,4249 |
| | Tracuateua | 10.890,4253 |
| Região de Integração | Município | Area(ha)Port |
| Rio Capim | Bujaru | 13.552,2443 |
| | Dom Eliseu | 14.302,6645 |
| | Ipixuna do Pará | 6.702,1693 |
| | Paragominas | 37.010,8569 |
| | Ulianópolis | 25.807,6322 |
| | Tomé Açu | 6.754,6867 |
| Rio Guamá | Magalhães Barata | 767,271 |
| | Marapanim | 50,6448 |
| | São Miguel do Guamá | 746,7239 |
| | Vigia | 787,5228 |
| Rio Tocantins | Abaetetuba | 39.396,0542 |
| | Barcarena | 17,0971 |
| | Cametá | 12.023,6153 |
| | Garrafão do Norte | 281,2164 |
| | Igarapé Miri | 45.104,0031 |
| | Mocajuba | 1.024,2381 |
| | Moju | 81.026,0699 |
| | Tailândia | 26.707,2923 |
| Rio Xingu | Anapu | 94.958,8281 |
| | | 535.826,14 |

CPAT – Comissão Permanente de Arrecadação de Terras Públicas

4.1.2 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTOS ESTADUAIS.

Esta ação visa promover a titulação de pequenas propriedades e comunidades tradicionais. Entre as ações executadas pelo ITERPA para regularização de projetos de assentamentos estaduais, destaca-se georreferenciamento de 02 Projeto Estadual de Assentamento Sustentável – PEAS: Bacabal Grande em Bom Jesus do Tocantins, beneficiando 77 famílias e Lourival Santana em Tailândia com 170 lotes, sendo que no final do processo de regularização fundiária deverá haver a emissão de 247 Concessões de Direito Real de Uso – CDRU.

QUADRO II – Regularização fundiária em áreas de assentamentos

| ATIVIDADE | DENOMINAÇÃO | QUANTIDADE | | MUNICÍPIO | REGIÃO |
|--|---|------------|----------------------------------|------------------------|-----------------|
| | | Família | Área | | |
| Vistoria, Cadastramento de famílias e/ou identificação de área | PROA Urucuré | 350 | 19609,6249 | Acará | Tocantins |
| | PROA Mamuru | 300 | 130.000,0000 | Juruti | Baixo Amazonas |
| | Acampamento Cristo Redentor | 42 | 200,0000 | Castanhal | Guamá |
| | Acampamento Tauari | 80 | 480,0000 | Castanhal | Guamá |
| | Acampamento Regiane Guimarães | 1.200 | 620,0000 | Castanhal | Guamá |
| | Associação Rio Ubá | 29 | 224,00 | Moju | Tocantins |
| | Acampamento Balão III e IV | 68 | | Marabá | Carajás |
| Georreferenciamento | Fazenda Balalaica | 243 | 11.641,3377 | Ipixuna do Pará | Lago do Tucuruí |
| | PEAS Bacabal Grande | 77 | 2.250,75 | Bom Jesus do Tocantins | Carajás |
| | PEAS Lourival Santana | 170 | 4.288,4063 | Eldorado de Carajás | Carajás |
| | PEAEX Curumucuri | 1722 | 123.000,0000 | Juruti | Baixo Amazonia |
| Visita técnica | PEAEX Mamuru | 300 | 130.000,0000 | Juruti | Baixo Amazonas |
| | Nov a Esperança Castanhal | 98 | 449,5933 | Castanhal | Guamá |
| | Associação 15 de Maio | 21 | 25,0000 | Castanhal | Guamá |
| | Acampamento Livramento | 25 | Dependendo do relatório de campo | Santo Antônio do Tauá | Guamá |
| | Acampamento Monte Siao | 22 | Dependendo do relatório de campo | Santo Antônio do Tauá | Guamá |
| Aprovação de Plano de Uso | Fazenda Catarinense | - | Dependendo do relatório de campo | Breu Branco | Lago do Tucuruí |
| | Glebas Acuti-Pereira, Jacaré-Puru, Acangatã e Rio Alto Camarapi | 1.500 | 280.000, 0000 | Portel | Marajó |
| Elaboração de Termo de Referência para Licitação de georreferenciamento de área | PEAEX Curumucuri e PROA Mamuru | 2000 | 253.000,0000 | Juruti | Baixo Amazonas |
| Pagamento de Taxa DAE e Publicação do pedido de Licença Prévia para Projeto Estadual de Assentamento | PEAS Lourival Santana | 170 | 4.288,4063 | Eldorado de Carajás | Carajás |
| Fiscalização de contratos licitados | PEAEX Curumucuri | 1700 | 123.000,0000 | Juruti | Baixo Amazonas |
| | PROA Mamuru | 300 | 130.000,0000 | Juruti | Baixo Amazonas |
| Participação em Audiência Pública | PEAEX Curumucuri e PROA Mamuru | | | Juruti | Baixo Amazonas |
| | Glebas Acuti-Pereira, Jacaré-Puru, Acangatã, Rio Alto Camarapi e Joana Peres II | | | Portel | Marajó |
| Reunião em campo com comunidades | STTR-IgarapéMiri, Associação do PEAEXs Camiri e Velasco | | | Igarapé-Miri | Tocantins |

DEAF/CPE- Coordenadoria de Projetos Especiais

4.1.3 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS.

Esta ação visa promover o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos, sendo que foi feita a emissão de título para Comunidade Terra Liberdade localizada no município de Cametá e para Comunidade Muruteuazinho em Santa Luzia do Pará, beneficiando 217 famílias.

Para se chegar ao Título Definitivo é preciso passar por outras etapas, como: levantamento sócio-econômico, georreferenciamento, elaboração da RAS, arrecadação e matrícula. Essas ações foram desenvolvidas em 14 comunidades quilombolas, beneficiando aproximadamente 1.075 famílias.

QUADRO III – Regularização fundiária em áreas de comunidades quilombolas

| Atividade | Famílias beneficiadas | Comunidade | MUNICÍPIO | REGIÃO |
|--|-----------------------|------------------------------|---------------------|-----------------|
| Vistoria, relatório sócio-econômico, publicação do edital | 86 | Espírito santo | Acará | Rio Tocantins |
| | 150 | Ramal Bacuri | Abaeté | Rio Tocantins |
| | 75 | Arquia | Abaeté | Rio Tocantins |
| | 51 | Canta Galo | São Miguel | |
| | 51 | Cotuv elo | Garrafão do Norte | |
| Georreferenciamento da área | 20 | Ariramba | Óbidos Oriximiná | Baix o Amazonas |
| | 96 | Cachoeira porteira | | |
| | 28 | Castanhalzinho | Garrafão do Norte | Rio Tocantins |
| | 51 | Cotuv elo | Garrafão do Norte | Rio Tocantins |
| Arrecadação e matrícula | 189 | Terra da Liberdade | Cametá | Rio Tocantins |
| | 150 | Mupi | Cametá | Rio Tocantins |
| | 28 | Muruteuazinho | Santa Luzia do Pará | Rio Tocantins |
| | 57 | Sítio Bosque | Moju | Rio Tocantins |
| Reunião banco mundial | 67 | São Manoel | Moju | Rio Tocantins |
| | 27 | Ilha grande do Cupijó | Cametá | Rio Tocantins |
| Consulta Prévia Livre e Informada Plano de desenvolvimento sustentável | 96 | Cachoeira Porteira | Oriximiná | Baix o Amazonas |
| Emissão de Título Definitivo e Remanescentes de Quilombos | 189 | Terra da liberdade | Cametá | Rio Tocantins |
| | 28 | Muruteuazinho | Santa Luzia do Pará | Rio Tocantins |
| Entrega do TD | 189 | Terra da liberdade | Cametá | Rio Tocantins |
| Registro do TD no cartório | 189 | Terra da Liberdade | Cametá | Rio Tocantins |
| Atendimento ao público informações dados quilombolas para estudantes de mestrado | 05 | UFPA/UFOPA/Castanhal/Holanda | | |
| Atendimento ao público quilombola na sede/ITERPA | 300 | 50 comunidades | | |

DEAF/CPE- Coordenadoria de Projetos Especiais

QUADRO IV – Mobilização de comunidades quilombolas

| Atividade | Comunidade | MUNICÍPIO | REGIÃO |
|--|--------------------|-----------|-----------------|
| Reunião do Comitê Política estadual quilombola (08) | Comitê | Belém | Metropolitana |
| Reunião com representantes da federação das comunidades quilombolas do Pará – MALUNGU (04) | ITERPA | Belém | Rio Tocantins |
| Reunião com representantes da biovale. | Alto Acará | Acará | |
| Reunião Ministério Público – regularização fundiária quilombola (03) | Ramal do Bacuri | Abaeté | Rio Tocantins |
| | MALUNGU | Belém | Metropolitana |
| | INCRA/MALUNGU | Belém | |
| Seminário consulta prévia OIT – promovido pela Procuradoria da Republica | CNBB | Belém | Metropolitana |
| Consulta Prévia Livre e Informada Plano de desenvolvimento sustentável | Cachoeira Porteira | Oriximiná | Baix o Amazonas |

| | | | |
|---|----------------|----------|----------------|
| 2º Fórum quilombola | 25 comunidades | Santarém | Baixo Amazonas |
| Declaração de tramitação de processo para projeto minha casa minha vida | 15 Comunidades | | Diversas |

4.1.4 RESGATE DE AFORAMENTOS ESTADUAIS.

Esta ação objetiva consolidar o domínio pleno em favor dos atuais foreiros, em cumprimento aos termos do Código Civil de 1916 em seu Título III, capítulo II, artigos 678 a 694, por determinação no disposto no art.2.038 do Livro Complementar das Disposições Finais e Transitórias do Código Civil de 2002, mediante o qual determina a proibição de enfiteuses e subenfiteuses, subordinando-se as existentes, até sua extinção, às disposições do Código Civil anterior; no Decreto Estadual nº 73, de 06 de abril de 2011, que autoriza o dirigente desta Autarquia a promover e adotar todos os atos e providências à efetivação dos resgates administrativos; no Decreto Estadual nº 1.805, de 21 de julho de 2009, que define procedimentos para o resgate de enfiteuses, e, na Instrução Normativa nº 05, de 15 de setembro de 2010, que fixa o procedimento legal para o resgate administrativo dos Títulos de Aforamento. Em 2012, foram feitos 15 Termos de Resgate de Aforamento e realizadas, vistoria, fiscalização e georreferenciamento em 02 aforamentos do município de Marabá.

QUADRO V – Resgate de aforamentos estaduais

| Atividade | Quantidade | Área | Município | Região |
|--|------------|-------------|--------------------------|---------|
| Termo de Resgate de Aforamento | 08 | 10.748,1469 | Marabá | Carajás |
| | 05 | 7.118,0424 | São Domingos do Araguaia | |
| | 01 | 941,5328 | Itupiranga | |
| | 01 | 3.768,6139 | Brejo Grande do Araguaia | |
| Vistoria, fiscalização e georreferenciamento | 01 | 2.600,5198 | Marabá | Carajás |
| Vistoria, fiscalização de georreferenciamento e identificação de áreas para rerratificação | 01 | 545,6920 | Marabá | Carajás |

¹ DEAF – DIRETORIA DE AÇÃO AGRÁRIA E FUNDIÁRIA

4.1.5 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREAS RURAIS

Foi feita a emissão de 83 documentos, beneficiando agricultores de 07 municípios: Acará (07), Baião (03) e Bujaru (70) dentro do Programa de Gestão Ambiental e Territorial

Já no Programa Municípios Verdes foram emitidos 695 documentos de terras em Belém(435), Almeirim (37), Rondon do Pará (34) e Paragominas (26), entre outros municípios que já aderiram ao Programa. No total, foram emitidos 663 Títulos Definitivos para pequenos e médios proprietários rurais.

QUADRO VI: Títulos expedidos pelo ITERPA.

| Programa | Região de Integração | Município | Quantidade |
|--------------------------------|----------------------|-----------------------|------------|
| Gestão Ambiental e Territorial | Metropolitana | Santa Izabel do Pará | 01 |
| | Rio Caetés | Bonito | 01 |
| | Rio Capim | Bujaru | 70 |
| | Rio Guamá | Castanhal | 01 |
| | | São João da Ponta | 01 |
| | Rio Tocantins | Acará | 07 |
| | | Baião | 03 |
| Municípios Verdes | Baixo Amazonas | Almeirim | 37 |
| | | Prainha | 01 |
| | Carajás | Eldorado dos Carajás | 04 |
| | | Marabá | 04 |
| | | Piçarra | 01 |
| | Lago Tucuruí | Irupiranga | 01 |
| | Metropolitana | Belém | 431 |
| | Rio Araguaia | Conceição do Araguaia | 02 |
| | | São Félix do Xingu | 11 |
| | | Parauapebas | 02 |
| | Rio Caetés | São João de Pirabas | 04 |
| | Rio Capim | Dom Eliseu | 20 |
| | | Paragominas | 26 |
| | | Rondon do Pará | 34 |
| | Rio Guamá | Garapê Açu | 01 |
| | Rio Guamá | Santa Maria do Pará | 01 |
| | Rio Tocantins | Moju | 04 |
| | | Santa Luzia do Pará | 01 |
| | | Tailândia | 10 |
| | Rio Xingu | Porto de Moz | 03 |
| TOTAL | | | 778 |

DEAF/CDI- Coordenadoria de Documentação e Informação

QUADRO VII – Ações das equipes de campo

| Região de Integração | Equipe Permanente | Equipe Volante | Ações Executadas |
|----------------------|---------------------------------|---|---|
| Rio Capim | Paragominas, Dom Eliseu, Bujaru | | Vistoria, georreferenciamento e Fiscalização de georreferenciamento e edital de alienação onerosa |
| Rio Tocantins | Acará e Tailândia | | |
| Rio Caeté | Rondon do Pará | | |
| Rio Araguaia | São Félix do Xingu | | |
| Carajás | | Eldorado dos Carajás, Marabá, Parauapebas, Piçarra e São Domingos do Araguaia | Vistoria, Fiscalização de georreferenciamento e edital de alienação onerosa |
| Metropolitana | | Belém, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará | Vistoria, georreferenciamento e Fiscalização de georreferenciamento |
| Rio Guamá | | Castanhal, Inhangapi, Maracanã, Nova Timboteua, Santa Maria do Pará, Santo Antonio do Tauá, São Francisco do Pará e Vigia | |
| Lago do Tucuruí | | Goianésia do Pará e Itupiranga | |
| Baixo Amazonas | | Almeirim | |
| Marajó | | Cachoeira do Arari e Portel | Vistoria, mobilização e edital |

DEAF/CAF - Coordenadoria de Ação Fundiária

- Celebração de Termos de Cooperação Técnica com as Prefeituras dos municípios de Irituia, Mãe do Rio, Capanema, São Miguel do Guamá, Moju, Tailândia, Portel, São João de Pirabas e Salinópolis para implementação de ações de regularização fundiária
- Celebração de Termo de Cooperação Técnica com Prefeitura de Terra Santa/Oriximiná para definição dos percentuais de participação dos recursos decorrentes das atividade minerária incidentes no chamado “Platô Bela Cruz”.

- Emissão de 165 certidões de autenticidade de títulos e re-ratificação de áreas, legitimando títulos expedidos de áreas ocupadas por pequenos, médios e grandes produtores rurais;

QUADRO VIII – Certidões de Autenticidade de títulos e re-ratificação de áreas

| PROGRAMA/AÇÃO | QUANTIDADE | REGIÃO | MUNICÍPIO |
|----------------------|---------------|----------------|---------------|
| EMISSÃO DE CERTIDÕES | 42 | Araguaia | S. F. Xingu |
| | | | C. Araguaia |
| | 18 | Baixo Amazonas | Almeirim/ |
| | | | Juruti |
| | | | Obidos |
| | | | Alenquer |
| | 03 | Carajás | Prainha |
| | | | Marabá |
| | 03 | Marajó | Breves |
| | | | Chaves |
| | 11 | Metropolitana | Ananindeua |
| | | | Belém |
| | | | Benevides |
| | | | Santa Barbara |
| | 09 | Rio Caeté | Bragança |
| | | | Peixe Boi |
| | | | Viseu |
| | 11 | Rio Capim | Bujaru |
| | | | Tomé Açu |
| | 20 | Rio Guamá | Castanhal |
| | | | Curuçá |
| | | | Igarapé Açu |
| | | | Ourém |
| S. Capim | | | |
| Magalhães Barata | | | |
| 45 | Rio Tocantins | Abaetetuba | |
| | | Acará | |
| | | Barcarena | |
| | | Cametá | |
| | | Igarapé Miri | |
| | | Mocajuba | |
| | | Moju | |
| | | Tailândia | |
| | | Baião | |
| 03 | Tapajós | Jacareacanga | |

DEAF/CDI – Coordenadoria de Documentação e Informação

4.2 SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI responsável pela gerência e manutenção da rede e dos equipamentos do parque computacional da instituição no exercício de 2013 procurou destacar como principal foco o projeto de desenvolvimento e aquisição de software incluindo seu código-fonte com documentação e implantação do mesmo software no Instituto de Terras do Pará,

para a Gestão do Sistema de Cadastro Rural e Fundiário do Estado do Pará - CARF-PA que é um instrumento de identificação e espacialização do imóvel rural, na base cartográfica digital utilizada pelo Cadastro Ambiental Rural - CAR-PA, cuja localização esteja em terras de domínio do Estado(PA), reunindo um conjunto de informações de natureza fundiária, econômica e social, além de dados do ocupante/proprietário, sendo atribuído ao imóvel cadastrado um número de matrícula emitido pelo ITERPA.

Serviços de integração ao software Governo digital que centraliza acesso e perfis aos diversos sistemas corporativos do Estado, no qual um usuário com login e senha tem à disposição todos os sistemas do Estado, de acordo com o seu perfil de acesso. Esta atividade será feita em parceria com a Empresa de Processamento de Dados do Estado do Pará - PRODEPA, que ajudará na integração das arquiteturas.

O modelo consiste na integração e troca de informações entre os dois sistemas. O módulo fundiário terá um cadastro próprio, porém, com alguns campos comuns a outro cadastro já existente no Estado, mais especificamente na Secretaria de Meio Ambiente, a SEMA-PA. O módulo fundiário é constituído de informações de naturezas fundiária, econômica e social, além de dados do ocupante/proprietário, sendo que as informações comuns para os dois cadastros deverão migrar entre si, permanecendo independentes as informações cadastrais.

A proposta visa criar mecanismos para os proprietários de terras, com o aumento da capilaridade do Estado através da parceria com Prefeituras, ONGs e outros agentes que estarão habilitados para realizar o CARF-PA, e regularizar suas situações fundiárias perante o Estado do Pará. As informações do CARF-PA poderão ser alimentadas no sistema via acesso WEB, de forma declaratória pelo ocupante/proprietário, por técnico credenciado pelo ITERPA ou pelo técnico oficial do ITERPA.

Com este instrumento, o Governo do Estado do Pará espera atacar um dos mais graves problemas sócio-econômico-fundiário: A falta de gestão fundiária sobre imóveis rurais do Estado.

O NTI procurou se atentar em melhoria da infraestrutura física, dos equipamentos de rede e atendimento ao usuário, desenvolvendo ações na área de desenvolvimento e suporte e atendimento, conforme quadro abaixo:

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES EXECUTADAS - 2013

| | |
|----|---|
| 1. | Implantação do Sistema Intranet em todo o Iterpa. |
| 2. | Manutenção dos Módulos do sistema Intranet.. |
| 3. | Desenvolvimento do Parcelamento de Boleto de acordo com a região do Imóvel. |
| 4. | Implantação do módulo de Helpdesk no Iterpa. |
| 5. | Liberação da impressão das portarias dos títulos: Doação, PEAS, Compra, e, Legitimação e Posse. |
| 6. | Liberação do módulo de impressão títulos urbanos. |
| 7. | Liberação de relatórios de processos por municípios. |
| 8. | Liberar custa com valor editável para gerar boleto avulso. |

| | |
|-----|---|
| 9. | Liberar o sistema para gerar boleto avulso. |
| 10. | Remodelagem do website. |
| 11. | Desenvolvimento do módulo de contratos. |
| 12. | Desenvolvimento do módulo de informações: Notícias, Aniversariante do mês e ramais internos do Iterpa no Intranet. |
| 13. | Desenvolvimento e liberação da declaração de quitação de título no intranet. |
| 14. | Migração do banco de dados do SPCARF. |
| 15. | Atendimento aos usuários solucionando os problemas de instalação, configuração e utilização de softwares e hardware com média de 32/dia e 180/ mês; |
| 16. | Troca de TONNER das Impressoras da CSI IMP01, IMP03, IMP04, IMP05, IMP06, IMP09, IMP10, IMP14 e IMP18 e impressoras do ITERPA IMP12, IMP20, IMP28, IMP11 e suporte a Impressoras com papel atolado; |
| 17. | Elaboração de laudo técnico para os equipamentos enviados para o almoxarifado; |
| 18. | Conserto, substituição e manutenção de equipamentos danificados; |
| 19. | Manutenção e configuração do controlador de domínio da Microsoft; |
| 20. | Criação dos usuários para acesso ao sistema do ITERPA; |
| 21. | Gerenciamento dos usuários que tem acesso à rede; |
| 22. | Manutenção e backup do servidor de câmeras; |
| 23. | Gerenciamento e manutenção do servidor de arquivos; |
| 24. | Gerenciamento, monitoramento e manutenção do servidor de impressão; |
| 25. | Mapeamento e configuração dos equipamentos que tem acesso à INTERNET do ITERPA. |
| 26. | Configuração de equipamentos na rede local e acesso a Internet; |
| 27. | Gerenciamento dos usuários que tem acesso ao e-mail; |
| 28. | Manutenção Preventiva, Limpeza de Vírus, Recuperação de Sistema, Recuperação de Hardware queimado, |
| 29. | Formatação, Instalação de Softwares |

O NTI elaborou os seguintes termos de referência para aquisição de equipamentos e contratação de serviços de informática:

| Item | Denominação | Objeto do TR |
|------|---|--|
| 1. | T.R. 002.2013- Locação de serviços de impressão | Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de impressão, com locação de equipamentos |
| 2. | T.R. 006-2013 - Equipamentos e suprimentos de informática | Aquisição de equipamentos e suprimentos de informática para a expansão, atualização e manutenção do parque tecnológico do ITERPA. |
| 3. | T.R. 007.2013- Sessão de emulação-PRODEPA | A contratação dos serviços de 03 (três) pontos de sessão de emulação visa o acesso ao sistema SISTÍTULO, para atender pesquisa de títulos de regularização fundiária já microfilmados pela PRODEPA. |
| 4. | Aquisição de licenças e servidor de pequeno porte - PARARURAL | Aquisição de licença de um sistema de Banco de Dados Oracle com extensão Spatial, licenças de uso do software ESRI/ARCGIS e servidor de pequeno porte para receber este banco de dados |
| 5. | Aquisição licença antivírus - PARARURAL | Aquisição de solução integrada de anti-vírus para servidores e estações de trabalho e solução de filtro de conteúdo, filtro de reputação e filtro contra surtos de novos vírus, para proteção da rede de computadores do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, contemplando também a implementação e suporte onsite. |
| 6. | Aquisição licença microsoft - PARARURAL | Aquisição de licenças de uso de Software e Sistema Operacional para servidores de rede, com o objetivo de atender as necessidades corporativas do Instituto de Terras do Pará. |
| 7. | T.R. ARCGIS - PARARURAL | Aquisição de Licenças de uso concorrente (concurrent use) dos softwares ESRI/ARCGIS e ARCGIS SERVER. |

| | | |
|-----|---------------------------------------|--|
| 8. | T. R.servidor de backup - PARARURAL | Aquisição de solução corporativa de backup composta por sistemas e equipamentos destinados a realização do armazenamento de informações do banco de dados de propriedade do ITERPA. |
| 9. | T. R. 048-2013-CARF-PARARURAL | Contratação de serviços técnicos especializados em tecnologia da informação para o desenvolvimento da Solução CADASTRO RURAL FUNDIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ, - CARF englobando Licenciamento de Uso, Migração da Base de Dados do PRO-TÍTULO, SIGLO, SISCARF, CARTOGRAFICA DIGITAL (BDF), Unificação dessas bases e Capacitação, com tecnologia Web, plataforma Java, Banco de Dados PostgreSQL |
| 10. | Equipamentos de informática-pararural | Aquisição de equipamentos de informática para a expansão e atualização do parque tecnológico do ITERPA. |
| 11. | Lâmina blade-pararural | Aquisição de 02 Servidores em lâmina e de 01 unidade de Disk Storage, compatíveis com o Servidor IBM Blade Center, que compõe o Data Center do Instituto de Terras do Pará, para a ampliação da capacidade de armazenamento do servidor. |

5. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

5.1. QUADRO DE PESSOAL E FOLHA DE PAGAMENTO

A atual estrutura organizacional do ITERPA, como ente responsável da política agrária do Estado, em tudo quanto se referir às suas terras devolutas, contempla um quadro de pessoal com 192 cargos de provimento efetivo, dos quais apenas 72 está sendo realmente ocupados, em razão de pedidos de demissão ou de não atendimento à convocação após a realização de concurso público. Além desses cargos, o órgão conta ainda com 151 servidores que ocupam cargos em extinção, compreendendo 90 estáveis e 61 não estáveis. Resumindo, o órgão possui uma força de trabalho constituída de 223 servidores. Desse total, apenas 102 atuam na atividade-fim (83 técnicos e 18 Procuradores), enquanto que os demais (121) desenvolvem atividades-meio.

Há também o apoio de mais 14 temporários e 26 terceirizados, (segurança, limpeza e informática).

Pessoal – evolução comparativa 2010/2011/2012/2013



| QUANTITATIVO ANUAL DE INGRESSO | | | | |
|--------------------------------|------------|---------|--------------|-------|
| ANO | Temporário | Efetivo | Comissionado | Total |
| 2010 | - | 244 | 43 | 287 |
| 2011 | 7 | 235 | 43 | 285 |
| 2012 | 13 | 227 | 43 | 283 |
| 2013 | 14 | 223 | 43 | 280 |

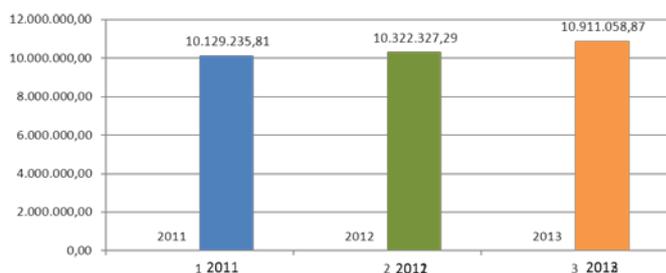
ITERPA

SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Pessoal – Folha de Pagamento - evolução comparativa 2011/2012/2013

EVOLUÇÃO ANUAL DA FOLHA DE PAGAMENTO



| CUSTO ANUAL FOLHA DE PAGAMENTO | |
|--------------------------------|---------------|
| ANO | R\$ Milhões |
| 2011 | 10.129.235,81 |
| 2012 | 10.322.327,29 |
| 2013 | 10.911.058,87 |

5.2. CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Durante o ano 2013, houve participação de servidores do ITERPA em cursos, seminários e oficinas de capacitação, conforme detalhado no quadro abaixo:

| NOME DO EVENTO | PARTICIPANTE | PERÍODO | LOCAL | ENTIDADE PROMOTORA |
|---|--------------|-----------------------|--------------|--|
| Redação Oficial e Gramática Aplicada | 1 | 15/04 a 19/04/13 | Belém | EGPA |
| Informática - Word e Excel | 1 | 08/04 a 12/04/13 | | |
| Informática - Word e Excel | 1 | 18/03 a 22/03/13 | | |
| Gestão Ambiental | 1 | 29/04 a 03/05/13 | | |
| Regime Jurídico Unico | 1 | 04/04 a 08/04/13 | | |
| Direito Constitucional | 1 | 15/04 a 19/04/13 | | |
| Atualização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais | 1 | 14/12/12 a 25/05/2014 | Belém | IPGC |
| 8º Congresso Estadual de Profissionais do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará | 1 | 03/07 a 04/07/13 | Belém | CREA-PA e CONFEA |
| Palestra: LER / DORT - Conhecer para prevenir | 2 | 17/04/2013 | Belém | SEAD |
| Programa Saúde e Segurança Ocupacional | 1 | 18/04/2013 | Belém | SEAD |
| Controle Patrimonial | 2 | 02/05 a 03/05/13 | Belém | FIEPA |
| Dimensionamento de Pessoal | 1 | 6/5 e 10/05/13 | Belém | SEAD |
| Gestão e Saúde do IASEP | 2 | 15/05/2013 | Belém | IASEP |
| Elaboração do Plano Diretor | 1 | 17/05 e 18/05/13 | Porto de Móz | PM / MSTTR / CNS / ICMBIO / INCRA / GOV DO ESTADO/PA |
| Campanha de Vacinação (Febre Amarela, Triplice Viral, Tétano e Difteria) | 66 | 23/05/2013 | ITERPA | SESMA |
| Prevenção em Saúde para o Servidor Público (Odontologia/Urologia/Fonoaudiologia/Oftalmologia) | 130 | 09/10 a 11/10/13 | ITERPA | SESPA |

5.3. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Durante o ano de 2013, foram ofertadas e preenchidas 29 vagas para estudantes da Rede Estadual de Ensino Médio do Estado do Pará e de Ensino Superior com Universidades/Faculdades conveniadas com o estado, tendo duração de 01(hum) ano de estágio curricular.

(FUNDO COM LOGO DO ITERPA)

ITERPA

INSTITUTO DE
TERRAS DO PARÁ



II PARTE

6. RECEITAS E DESPESAS

6.1. CUSTEIO – RECEITA – INVESTIMENTO

Durante o exercício de 2013, o ITERPA desenvolveu ações com recursos financeiros do Tesouro e Próprios do ITERPA oriundos de valores financeiros correspondentes a pagamentos dos interessados em receber títulos através de regularização onerosa.

| Programa | Ação | Tesouro* | Próprios** |
|------------------------------------|--|----------------------|-------------------------|
| Gestão Ambiental e Territorial | Arrecadação e Matrículas de Terras Devolutas | R\$ 405,00 | R\$ 82.576,63 |
| | Regularização dos Aforamentos Estaduais | R\$ 0,00 | R\$ 10.327,50 |
| | Regularização de áreas Rurais | R\$ 25.031,26 | R\$ 723.666,06 |
| | Regularização em Projetos de Assentamentos Estaduais | R\$ 0,00 | R\$ 274.540,11 |
| | Regularização de Areas Patrimoniais dos Municípios | R\$ 0,00 | R\$ 16.320,18 |
| Municípios Verdes | Ações de Regularização Fundiária | R\$ 3.835,00 | R\$ 508.901,55 |
| Valorização da Sóciobiodiversidade | Regularização Fundiária em Áreas Quilombolas*** | R\$ 13.119,35 | R\$ 86.221,48 |
| TOTAL | | R\$ 42.390,61 | R\$ 1.702.553,50 |

DAF/ GPO- Gerencia de Programação Orçamentaria

*Dentre os recursos destinados às ações finalísticas o ESTADO custeou diárias , suprimentos de fundos , combustível e deslocamento aéreo para alguns municípios.

**Dentre os recursos destinados às ações finalísticas o ITERPA custeou diárias, suprimentos de fundos , manutenção de veículos e deslocamento aéreo para alguns municípios.

Recursos do Tesouro Estadual

1. O orçamento aprovado para o exercício de 2013 foi de R\$24.808.615,00, sendo repassado R\$13.857.517,28, o equivalente a 55,86% do total aprovado, conforme distribuição abaixo;

- R\$10.911.058,87, para atender despesas com pessoal;
- R\$1.123.675,03, para o custeio da folha (auxílio alimentação, transporte, funeral, natalidade e outros benefícios);
- R\$42.390,61, para atender ações finalísticas na área de regularização fundiária;
- R\$1.780.392,77, para atender despesas de custeio (manutenção do órgão), Ex: contratos diversos, aquisições de materiais e serviços.

6.2. RECURSOS DA ARRECADAÇÃO PRÓPRIA

A receita prevista e aprovada no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2013 foi de R\$ 3.837.665,00, deste total foi arrecadado no exercício o montante de R\$ 6.875.765,53, o equivalente a 179,17% da receita prevista e aplicado da seguinte forma:

A. Ações finalísticas;

- Custeio (diárias , suprimento de fundos, contratos de manutenção de veículos) – R\$ 1.702.553,50
- Investimento – R\$ 0,00

B. Ações Administrativas;

- Custeio (contratos de serviços) – R\$1.249.351,53
- Investimento – R\$2.496,00

Superávit do exercício/ 2013 :

- Conta Aplicação – R\$4.843.211,44

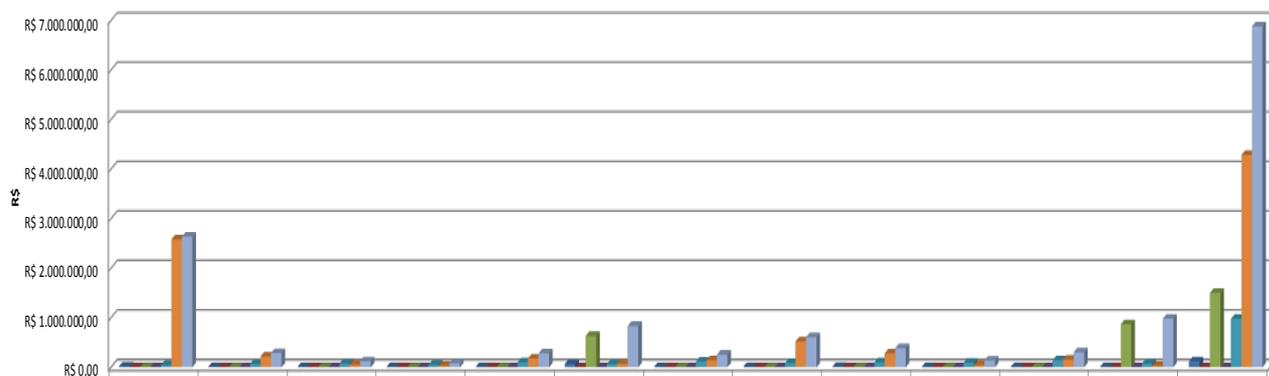
DEMONSTRATIVO DE ARRECADAÇÃO 2013 - RECURSOS PRÓPRIOS

RECURSOS PRÓPRIOS - RELATÓRIO DE ARRECADAÇÃO 2013

| ITENS | TAXAS | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ | Total |
|-------|--|-------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|
| 1 | FOROS - FTEUSE e Laudêmio | R\$ 15.120,00 | R\$ 1.920,00 | R\$ 1.080,00 | R\$ 4.263,15 | R\$ 3.520,00 | R\$ 66.538,00 | R\$ 2.021,82 | R\$ 4.659,71 | R\$ 7.800,00 | R\$ 2.781,84 | R\$ 4.303,80 | R\$ 3.152,78 | R\$ 117.161,10 |
| 2 | TRANSFERÊNCIAS DE DIREITOS - LAUDÊMIOS | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| 3 | RESGATES DE AFORAMENTOS | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 630.620,00 | R\$ 0,00 | R\$ 867.859,00 | R\$ 1.498.479,00 |
| 4 | OUTRAS RECEITAS DIVERSAS | R\$ 65,29 | R\$ 54,07 | R\$ 61,76 | R\$ 70,18 | R\$ 79,00 | R\$ 67,73 | R\$ 96,03 | R\$ 96,42 | R\$ 102,30 | R\$ 119,94 | R\$ 108,84 | R\$ 125,40 | R\$ 1.046,96 |
| 5 | CUSTAS ADMINISTRATIVAS | R\$ 40.447,25 | R\$ 67.415,18 | R\$ 67.960,97 | R\$ 46.871,34 | R\$ 98.915,89 | R\$ 62.522,25 | R\$ 111.205,09 | R\$ 81.773,30 | R\$ 96.552,15 | R\$ 89.861,48 | R\$ 139.447,30 | R\$ 72.494,95 | R\$ 975.467,15 |
| 6 | ALIENAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS | R\$ 2.577.260,00 | R\$ 216.647,75 | R\$ 53.048,00 | R\$ 27.860,32 | R\$ 175.954,41 | R\$ 69.913,96 | R\$ 137.770,55 | R\$ 519.014,59 | R\$ 278.935,13 | R\$ 41.401,35 | R\$ 153.648,71 | R\$ 32.156,55 | R\$ 4.283.611,32 |
| | TOTAL | R\$ 2.632.892,54 | R\$ 286.037,00 | R\$ 122.150,73 | R\$ 79.064,99 | R\$ 278.469,30 | R\$ 829.661,94 | R\$ 251.093,49 | R\$ 605.544,02 | R\$ 383.389,58 | R\$ 134.164,61 | R\$ 297.508,65 | R\$ 975.788,68 | R\$ 6.875.765,53 |

GPO. 12.02.2014

ARRECADAÇÃO RECURSOS PRÓPRIOS



| | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ | Total |
|--|------------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| ■ FOROS - FTEUSE e Laudêmio | R\$ 15.120,00 | R\$ 1.920,00 | R\$ 1.080,00 | R\$ 4.263,15 | R\$ 3.520,00 | R\$ 66.538,00 | R\$ 2.021,82 | R\$ 4.659,71 | R\$ 7.800,00 | R\$ 2.781,84 | R\$ 4.303,80 | R\$ 3.152,78 | R\$ 117.161,10 |
| ■ TRANSFERÊNCIAS DE DIREITOS - LAUDÊMIOS | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| ■ RESGATES DE AFORAMENTOS | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 630.620,00 | R\$ 0,00 | R\$ 867.859,00 | R\$ 1.498.479,00 |
| ■ OUTRAS RECEITAS DIVERSAS | R\$ 65,29 | R\$ 54,07 | R\$ 61,76 | R\$ 70,18 | R\$ 79,00 | R\$ 67,73 | R\$ 96,03 | R\$ 96,42 | R\$ 102,30 | R\$ 119,94 | R\$ 108,84 | R\$ 125,40 | R\$ 1.046,96 |
| ■ CUSTAS ADMINISTRATIVAS | R\$ 40.447,25 | R\$ 67.415,18 | R\$ 67.960,97 | R\$ 46.871,34 | R\$ 98.915,89 | R\$ 62.522,25 | R\$ 111.205,09 | R\$ 81.773,30 | R\$ 96.552,15 | R\$ 89.861,48 | R\$ 139.447,30 | R\$ 72.494,95 | R\$ 975.467,15 |
| ■ ALIENAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS | R\$ 2.577.260,00 | R\$ 216.647,75 | R\$ 53.048,00 | R\$ 27.860,32 | R\$ 175.954,41 | R\$ 69.913,96 | R\$ 137.770,55 | R\$ 519.014,59 | R\$ 278.935,13 | R\$ 41.401,35 | R\$ 153.648,71 | R\$ 32.156,55 | R\$ 4.283.611,32 |
| ■ TOTAL | R\$ 2.632.892,54 | R\$ 286.037,00 | R\$ 122.150,73 | R\$ 79.064,99 | R\$ 278.469,30 | R\$ 829.661,94 | R\$ 251.093,49 | R\$ 605.544,02 | R\$ 383.389,58 | R\$ 134.164,61 | R\$ 297.508,65 | R\$ 975.788,68 | R\$ 6.875.765,53 |

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA

BALANÇO FINANCEIRO

| RECEITA | | DESPESA | |
|--|---------------|---------------------------------------|---------------|
| RECEITA | 39.566.837,28 | DESPESA | 39.566.837,28 |
| INGRESSOS ORÇAMENTÁRIOS | 20.959.259,31 | DISPÊNDIOS ORÇAMENTÁRIOS | 17.006.074,42 |
| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | 6.823.463,13 | DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | 16.970.090,57 |
| RECEITAS CORRENTES | 1.041.372,81 | DESPESAS CORRENTES | 16.966.021,57 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 323.116,43 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 10.911.058,87 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 713.856,13 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 6.054.962,70 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 4.400,25 | DESPESAS DE CAPITAL | 4.069,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 5.782.090,32 | INVESTIMENTOS | 4.069,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 5.782.090,32 | INTERFERÊNCIAS PASSIVAS | 35.983,85 |
| INTERFERÊNCIAS ATIVAS | 14.135.796,18 | TRANSFERÊNCIAS FINANCIADAS CONCEDIDAS | 35.983,85 |
| TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | 14.135.796,18 | REPASSES CONCEDIDOS | 35.983,85 |
| REPASSE RECEBIDO | 3.951.518,33 | DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS | 15.988.350,18 |
| REPASSE DIFERIDO | 10.184.277,85 | CONSIGNAÇÕES | 3.753.968,81 |
| INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS | 15.915.138,68 | DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 6.037,78 |
| CONSIGNAÇÕES | 3.752.769,41 | RESTOS A PAGAR | 93.951,41 |
| DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | 11.085,66 | OUTROS CRÉDITOS | 3.137,35 |
| RESTOS A PAGAR | 3.309,31 | OUTRAS INCORPORAÇÕES DE OBRIGAÇÕES | 62.500,00 |
| OUTROS CRÉDITOS | 3.137,35 | VALORES DIFERIDOS | 12.042.583,23 |
| DESINCORP. DE OBRIG.REST.A PAGAR CANCELADA | 13.176,26 | CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 1.471,68 |
| DESINCORPORAÇÃO DE RETENÇÕES | 405,86 | CREDITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO | 24.699,92 |
| VALORES DIFERIDOS | 12.105.083,23 | SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE | 6.572.412,68 |
| CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 1.471,68 | DISPONIVEL | 6.572.412,68 |
| DEPOSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO | 24.699,92 | | |
| SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | 2.692.439,29 | | |
| DISPONIVEL | 2.692.439,29 | | |

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES - 2013

| RESULTADO ORÇAMENTARIO | | RESULTADO ECONOMICO | |
|-------------------------------|-----------------------|---------------------------------------|-----------------------|
| RESULTADO ORÇAMENTARIO | -10.146.627,44 | RESULTADO ECONOMICO | 4.029.822,94 |
| RECEITAS ARRECADADAS | 6.823.463,13 | RECEITA TOTAL | 27.205.148,95 |
| DESPESAS REALIZADAS | -16.970.090,57 | RECEITA ARRECADADA | 6.823.463,13 |
| | | VARIAÇÃO MONETARIA ATIVA - POSITIVA | 20.381.685,82 |
| | | DESPESA TOTAL | -23.175.326,01 |
| | | DESPESA EXECUTADA | -16.970.090,57 |
| | | VARIAÇÃO MONETARIA PASSIVA - NEGATIVA | -6.205.235,44 |